



Cadernos de Estudos Africanos
ISSN: 1645-3794
cea@iscte.pt
Centro de Estudos Africanos
Portugal

Pereira, Rui M.
Uma visão colonial do racismo
Cadernos de Estudos Africanos, núm. 9-10, 2006, pp. 129-140
Centro de Estudos Africanos
Lisboa, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293024337008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Entre

Uma visão colonial do racismo

Rui M. Pereira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, U.N.L.
Centro de Estudos Africanos, ISCTE

Uma visão colonial do racismo.

Em 1959 o antropólogo António Jorge Dias foi professor convidado da Universidade de Witwatersrand, em Johanesburg, para aí leccionar a cadeira de Cultura Portuguesa. Desde 1957 que Jorge Dias dirigia campanhas de investigação no Norte de Moçambique, no Planalto Maconde, e reportava regularmente ao governo de Lisboa, após cada campanha, as suas observações sobre a situação política e social na colónia. Aquele interregno na África do Sul forneceu-lhe matéria suplementar de análise, permitindo-lhe estabelecer um «quadro comparativo» entre o modelo de gestão política do colonialismo português - a propalada «assimilação», a administração indirecta («indirect rule») do colonialismo britânico que ele observava do outro lado da fronteira norte de Moçambique, no Tanganyika, e o sistema de apartheid vigente na então União Sul-Africana.

Este texto não analisa a reconfiguração actual daquela memória colonial mas deixa perceber que naquela altura, em finais da década de 1950, as «leituras» de Jorge Dias estavam já enviesadas no sentido da afirmação do paradigma luso-tropicalista que ainda hoje enforma largos sectores da sociedade portuguesa.

A colonial idea of racism.

In 1959 António Jorge Dias, anthropologist, was invited to lecture Portuguese Culture in the university of Witwatersrand, in Johannesburg. Since 1957 he had been carrying out research work in the north of Mozambique, in the Makonde Plateau, reporting his observations on the political and social situation of the colony to the Portuguese government, in Lisbon. That period of time in South Africa provided him with further information of analysis which allowed him to develop a «comparative framework» between the political ruling model of the Portuguese colonialism – the so called «assimilation» – the indirect rule of the British colonialism he could observe in Tanganyika and the apartheid system in South Africa.

This text does not analyse the current reconfiguration of that memory. However, it helps perceive that in the late 50s Jorge Dias's points of view were already leading towards the assertion of the paradigm of lusotropicalism which even today shapes the minds of large sectors of Portuguese society.

Entre

1956 e 1959, no período imediatamente anterior ao despontar da guerra colonial, o regime português patrocinou um conjunto de «investigações sociais» nas suas possessões coloniais africanas. Sobre as origens e desenvolvimento desse «despertar científico» já dissertámos suficientemente em outros textos já publicados¹, pelo que me limitarei a resumir o essencial. Em Fevereiro de 1956, menos de um ano após a Conferência de Bandung, é criado na Junta de Investigações do Ultramar o Centro de Estudos Políticos e Sociais, «com o fim de coordenar, estimular e promover o estudo dos fenômenos políticos e sociais verificados em comunidades formadas em territórios ultramarinos»². A enunciação das atribuições do Centro demonstra cabalmente quanto a situação política nas colónias preocupava o regime e de que meios científicos deitaria mão para procurar controlar a situação: «estudo das doutrinas e orientações estrangeiras ou internacionais que visem territórios ultramarinos ou neles possam ter projeção»; mas também estudos de demografia e estudos de antropologia cultural.

Na direcção do Centro de Estudos Políticos e Sociais estava, desde o primeiro momento, Adriano Moreira, professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, lídimo representante de uma corrente reformadora da situação colonial que, sobretudo em atenção ao quadro internacional, viria a conseguir, já no início dos anos 60 e após o desencadear da guerra colonial, alterar a face mais visível do colonialismo português: a profunda inequidade legal que opunha colonos a colonizados. Consciente do fim da era imperial, cuja ideologia mais acrisolada ainda era dominante nos círculos do poder metropolitano e colonial, Adriano Moreira congregou em seu torno, por toda a década de 50, um grupo de colaboradores altamente qualificados nas áreas do Direito, Economia, Sociologia e Antropologia. Tratou-se de um verdadeiro grupo de pressão ou escol, de enquadramento essencialmente académico, e que chegaria aos círculos do poder na década seguinte, na fase final do regime. Para a afirmação dessa nova corrente do colonialismo português em muito foi decisiva a actuação no Centro de Estudos Políticos e Sociais, ao proporcionar aos académicos do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e de outras instituições congêneres, uma dimensão prática e um campo de aplicabilidades.

Fazendo jus aos objectivos que nortearam a sua criação em 1956, foram estabelecidas no seio do Centro de Estudos Políticos e Sociais três linhas de ação, três «missões»: a Missão de Estudos dos Movimentos Associativos em África³; a Missão para o Estudo da Atracção das Grandes Cidades e do Bem-Estar Rural no Ultramar

¹ Como, p. ex., em Rui PEBRA (1998), «Introdução à edição de 1998», in Jorge Dias, *Os Macondes de Moçambique*, vol. I, Lisboa: CNCDP / IICT; (2001), «A "Missão Etnográfica de Moçambique". A codificação dos "usos e costumes indígenas" no direito colonial português. Notas de investigação», in *Cahiers de Estudos Africanos*, I, Lisboa, Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; e (2005), «Raça, Sangue e Robustez. Os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa», in *Cahiers de Estudos Africanos*, 7-8, Lisboa, Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

² Portaria n.º 15 737, de 18 de Fevereiro de 1956.

³ Portaria n.º 16 158, de 6 de Fevereiro de 1957.

Português⁴; a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português⁵. Na direcção desta última foi colocado António Jorge Dias, etnólogo, que desde meados da década de 1940 vinha promovendo uma decisiva reformulação dos estudos antropológicos em Portugal.

Pode afirmar-se que os objectivos da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (MEMEUP) eram, como os resultados vieram a comprovar, de natureza eminentemente antropológica, ou, melhor dizendo, e dada a apropriação do termo pela corrente antropobiologista instalada nos organismos coloniais oficiais desde os anos 20, de natureza etnológica. Não se tratava agora, em 1957, de medir índices cranianos ou avaliar provas de esforço físico; tratava-se de conhecer a «disposição social e cultural» das populações africanas. Mas sejamos claros: no âmbito da atitude prospectiva que animava o Centro de Estudos Políticos e Sociais e que visava, em última instância, salvaguardar os interesses mais fundamentais do colonialismo português, a investigação etnológica da MEMEUP servia, igualmente, o mesmo propósito das «missões antropobiológicas» dos anos 30 e 40.

De uma viagem prospectiva que António Jorge Dias fez pelas colónias, em 1956, resultou a escolha do Norte de Moçambique como destino das suas missões de investigação e em resultado das quais surgiria a extensa e exaustiva monografia etnográfica sobre a população maconde⁶. Foram assim cumpridos os objectivos científicos da Missão. Mas, a par destes, outros tinham sido previamente delineados: deveria Jorge Dias fazer um levantamento da situação social e política, não só no Planalto dos Macondes, mas também do outro lado do Rovuma, para onde tinha emigrado um número elevado de macondes moçambicanos e onde existia um grupo étnico extremamente aparentado, os macondes do Tanganhica. Quereria certamente o Ministério do Ultramar, através dos seus organismos de investigação, conhecer a opinião de alguém não tão directamente envolvido com a situação colonial e que pudesse, portanto, estabelecer uma apreciação relativamente «imparcial e científica» da administração colonial portuguesa, confrontando-a com a administração colonial britânica do outro lado do Rovuma e com os problemas político-sociais que aí se estavam levantando através da popularidade crescente do movimento nacionalista TANU (Tanganyika African National Union) de Julius Nyerere. A esta específica tarefa juntou-se uma outra do mesmo jaez quando lhe foi pedido que durante a sua estadia na União Sul-Africana, onde permaneceu enquanto professor convidado da Universidade de Witwatersrand durante o ano lectivo de 1959, elaborasse um relatório de avaliação do regime do *apartheid*. Jorge Dias regressaria ainda à União Sul-

⁴ Portaria n.º 16 160, de 6 de Fevereiro de 1957.

⁵ Portaria n.º 16 159, de 6 de Fevereiro de 1957.

⁶ Jorge DIAS (1964a), *Os Macondes de Moçambique. Aspectos históricos e económicos*, vol. I, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar; Jorge DIAS & Margot DIAS (1964), *Os Macondes de Moçambique. Cultura material*, vol. II, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar; Jorge DIAS & Margot DIAS (1970), *Os Macondes de Moçambique. Vida social e ritual*, vol. III, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar; Manuel Viegas GUERREIRO (1966), *Os Macondes de Moçambique. Sabedoria, língua, literatura e jogos*, vol. IV, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

Africana no ano seguinte, em 1960, acompanhando o antropólogo americano Charles Wagley numa visita patrocinada pelas autoridades portuguesas a Angola e Moçambique, sendo que a viagem entre as duas colónias portuguesas se fez por via terrestre, atravessando o país do *apartheid*.

A permanência de Jorge Dias no território do Tanganhica, durante a «Campanha de 1959», permitiu-lhe constatar o pragmatismo da administração britânica e os «benefícios», relativos, do exercício da «*indirect rule*», por comparação com a prática administrativa portuguesa.

A forma como os ingleses no Tanganhica se relacionavam com os africanos, não deixou de suscitar em Jorge Dias a mais viva admiração e, por tudo isso, era o exercício da administração indirecta um modelo a seguir, excepto no que diria respeito aos seus objectivos finais: os britânicos sabiam que, inexoravelmente, teriam que conceder a autonomia política total, se bem que tentassem protelar ao máximo a chegada desse momento, enquanto que aos governantes portugueses tal hipótese nem sequer se punha. Como tal, no geral, deveria Jorge Dias fazer uma apreciação crítica de três modelos de gestão colonial: a «*indirect rule*» aplicada pelos britânicos no Tanganhica, a «assimilação» que os portugueses pretendiam promover nas suas possessões e o *apartheid* sul-africano, política de segregação racial.

Interregno para um chá em Newala

Quando Jorge Dias, durante as férias escolares de 1959, rumava ao Norte de Moçambique, apercebe-se que decorria, de forma acelerada, o retorno de uma percentagem elevada dos Macondes emigrados no Tanganhica. Muitos deixaram de ter trabalho nas fazendas de sinal e algodão do Sul do Tanganhica entretanto abandonadas pelos colonos ingleses e, no entendimento de Dias, o retorno dos macondes moçambicanos poderia acarretar duas perturbações fundamentais, a primeira das quais vingando já em finais da década de 50 e que consistia numa significativa alteração no direito consuetudinário da propriedade; a segunda perturbação era de índole exclusivamente política e adviria das «*ideias subversivas*» de que poderiam ser portadores esses macondes retornados, confrontados na colónia britânica com um processo político de independência, melhores condições de trabalho e remuneração na indústria sisaleira e, sobretudo, a oportunidade de conhecer um outro tipo de administração colonial de que Jorge Dias não se cansava de exultar os méritos e perante a qual a portuguesa não resistia à comparação. Enceta, então, e em resultado da sua deslocação ao Tanganhica, uma série de positivas apreciações críticas à «*indirect rule*».

«Os ingleses estão hoje a fazer uma política de franco e cordial convívio entre os diferentes grupos raciais, procurando a todo o custo acabar com qualquer forma de segregação.

*A grande experiência colonial inglesa levou-os a proceder desta maneira no Tanganica. Não sabemos se há sinceridade ou não nesta orientação, nem isso interessa; o que sabemos é que o funcionalismo inglês corresponde de maneira absolutamente perfeita à orientação superior. Ao contrário dos latinos — e neste ponto somos infelizmente demasiado latinos — cada funcionário incarna magnificamente a política ditada em Londres».*⁷

Referia-se Jorge Dias, neste ponto, à conhecida não concertação existente entre os ditames da governação central e a prática quotidiana dos seus funcionários no terreno da administração colonial portuguesa, ou, se pretendermos ser mais objectivos, à enorme distância entre a letra de uma legislação de cariz cosmético e a natureza profundamente discriminatória da realidade colonial portuguesa. Mais adiante, não resistindo a aprofundar a comparação entre a prática administrativa britânica e a portuguesa, apresenta um cenário nada consentâneo com certas imagens da propaganda colonial que já tinham ganho foros de senso-comum:

*«Portanto, ao contrário daquilo que geralmente pensamos em relação à atitude *snob* e racista inglesa, e que foi de facto uma atitude que se manteve através dos séculos e cujas raízes mergulham no próprio sentimento de classe, tão vincado em Inglaterra, nós vemos hoje um comportamento completamente diferente no Tanganica. Pode mesmo dizer-se que parece ter-se dado um fenómeno duplo de inversão da atitude tradicional de comportamento racial para aquém e para além do Rovuma. Enquanto que nós, ainda hoje considerados como o povo menos discriminador por índole e tradição, apresentamos um quadro verdadeiramente deformado dessa tradição no Norte de Moçambique, os ingleses causam uma supresa ainda maior no Tanganica, pela sua política de confraternização multi-racial».*⁸

Confrontado com a prática administrativa colonial no Norte de Moçambique e com a crua realidade da discriminação racial, Jorge Dias denuncia no «Relatório de 1959» essa crença generalizada na aptidão dos portugueses para o convívio interracial:

*«...nós continuamos a ouvir sempre repetir que os indígenas gostam mais dos portugueses que dos ingleses, porque os tratamos com mais humanidade e nos interessamos pela vida deles. E esta história vai-se repetindo, como certos erros que passam de uns manuais para os outros, porque os autores em vez de procurarem verificar a exactidão das afirmações, acham mais cômodo repetir aquilo que outros disseram. Já noutro relatório dissemos que alguns Macondes nos confessaram ter mais admiração pelos ingleses do que por nós, estabelecendo confronto entre o tratamento dado por nós e pelos ingleses no Tanganica. Confesso que na ocasião registámos o facto mas não o tínhamos compreendido bem. Só agora, depois de termos feito esta excursão pelo Tanganica, a situação nos parece clara e de certo modo alarmante».*⁹

⁷ Jorge DIAS, Manuel VIEGAS GUERREIRO & Margot DIAS (1960). «Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganica e União Sul-Africana)», Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, p. 7, [doravante apenas referenciado como «Relatório de 1959»].

⁸ «Relatório de 1959», p. 8.

⁹ «Relatório de 1959», p. 21.

Parece ter sido a viagem ao Tanganhica, pelo que se depreende da leitura do «Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul-Africana)», que mais contribuiu para o desenvolvimento do sentido crítico de Jorge Dias. Aí teve oportunidade, não só de observar um sistema e uma prática administrativa diferentes daquelas que conhecia do Planalto, como também teve acesso directo às opiniões individuais de muitos emigrados macondes, que, não se sentindo constrangidos como o estariam em território colonial português — sobretudo perante alguém que, utilizando o apoio logístico da administração, estava imediatamente conotado com ela — discorriam livremente sobre a situação no Planalto. No «Relatório» desse ano narra algumas das suas experiências pessoais nos contactos que manteve com macondes emigrados:

«Em Dar-es-Salaam conversámos com um grupo de escultores Macondes que ali vivem há vários anos. Ficaram encantados de ouvirem falar das suas aldeias e até de pessoas amigas ou parentes que nós tínhamos conhecido durante as duas campanhas que fizemos nos Macondes. Esta conversa fez-se na presença do dono de um estabelecimento de objectos de arte. A certa altura, um deles virando-se para o dono da loja disse: “É a primeira vez que falamos com portugueses, a gente lá tem medo de falar com os brancos!”. Isto é doloroso e fere a nossa sensibilidade, mas não quero deixar de dizer o que ouvi, pois parece-me fundamental fazermos um grande esforço para mudar a situação e conquistar o terreno perdido. Pode talvez pensar-se que vale pouco o que diz um Maconde que saiu há anos de Moçambique, mas os factos provam que a situação é bastante perigosa. Não devemos esquecer que entre cerca de 28 000 não há só agricultores simples ou boçais. Infelizmente tivemos ocasião de verificar que a afirmação do Maconde não era esporádica, nem das mais graves. No Hotel de Mtwara, onde estivemos hospedados antes de partir para Newala e no regresso, tivemos várias conversas com um criado Maconde de Macomia, que falava português correctamente, apesar de já ter saído de Moçambique há uns cinco anos. Era um rapaz aberto e alegre, que gostava de ouvir falar da sua terra, e que visivelmente nos ganhou estima. Quando um dia lhe perguntamos porque razão não voltava para Moçambique, respondeu-nos que preferia viver no Tanganhica, porque ali podia dormir mais descansado! É evidente que tais respostas devem corresponder a qualquer realidade, e nós deveríamos procurar remediar com a máxima brevidade tudo aquilo que dé motivos a tais situações. [...] Como nós, portugueses, temos uma concepção de soberania não colonialista mas de assimilação, devíamos fazer tudo no sentido de tornar essa política uma realidade e contrariar, por todos os processos, os desvios dessa directiva originados por ignorância, rotina e interesses egoístas, prejudiciais aos interesses nacionais»¹⁰.

Os testemunhos recolhidos por Jorge Dias no sul do Tanganhica, durante a campanha de 1959, corroboravam as primeiras impressões recolhidas no Planalto em meados de Julho de 1957:

¹⁰ «Relatório de 1959», pp. 25-26.

«O branco habituou-se a considerar-se, de tal maneira, um ser superior, que não dá por nada destas coisas, nem mostra a mínima cortesia ao falar com pretos instruídos ou assimilados, nem muito menos pensa em estender-lhes a mão. Desta maneira vai-se cavando um abismo absolutamente desnecessário entre pretos e brancos, que me parece contrário às superiores directrizes estabelecidas pelos responsáveis»¹¹.

Essas «superiores directrizes» políticas, que se queriam no sentido da afirmação de uma política de assimilação e de integração, eram constantemente ignoradas, como o pode observar Jorge Dias no Norte de Moçambique. Radicavam na natureza discriminatória do sistema económico colonial os obstáculos mais sérios à causa da assimilação:

«Para o comum dos europeus mantém-se a mentalidade colonialista, que considera o negro como mão de obra barata e não procura assimilar-lo. No momento em que o preto tem o direito ao mesmo salário que o branco, já ninguém o quer, mesmo que seja um bom operário. Daqui sucede que pretos assimilados têm de ocultar por vezes a sua situação jurídica, para conseguirem arranjar trabalho como um indígena vulgar. Desta maneira muitos pretos não têm interesse em ser assimilados. Além de não terem vantagens económicas, também não conseguem ser tratados com mais consideração»¹².

A sua deslocação ao Tanganhica forneceu-lhe, ainda, os meios de apreciação que permitiram constatar do subdesenvolvimento económico do Norte de Moçambique, por oposição ao relativo desenvolvimento económico do território sob administração britânica. Esse colonialismo desenvolvido, que era o britânico, dotava os macondes moçambicanos emigrados de um termo de comparação económico e social que acabava por ser desfavorável para a imagem da administração colonial portuguesa:

«Devemos pensar que o indígena observa um maior desenvolvimento económico do outro lado do Rovuma. Newala, que pela sua posição geográfica se pode comparar a Mueda, é um centro comercial incomparavelmente mais activo, com dezenas de lojas e bastante vida. [...] Entre Mueda e Newala existe um abismo cronológico que nos há-de ser muito difícil de transpor, e que, nem sei bem, se o queremos transpor»¹³.

Não seria menos desfavorável o confronto entre as duas realidades das relações inter-raciais, tema que preocupava sobremaneira Jorge Dias:

«As relações entre ingleses e africanos são cordiais, e o tom de conversa com os africanos, ou na sua ausência, é de respeito e confiança nas suas capacidades e no seu progresso e colaboração. Mesmo que não haja inteira sinceridade da parte de alguns ingleses, o certo é que representam bem o seu papel, em obediência a instruções vindas de cima, e conseguem criar uma atmosfera de confiança e simpatia. Porém, atravessamos a fronteira e a atitude muda completamente, mesmo em relação aos africanos assimilados e com algumas

¹¹ Jorge DIAS & Manuel VIEGAS GUERREIRO (1958), «Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)», Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, p. 60, [doravante apenas referenciado como «Relatório de 1957»].

¹² «Relatório de 1957», p. 61.

¹³ «Relatório de 1959», pp. 24-26.

habilitações, como sejam os enfermeiros, ou mesmo comerciantes de origem oriental. Ninguém lhes estende a mão, a alguns tratam-nos mesmo por tu, embora possam ser mais velhos do que o interlocutor»¹⁴.

Para Jorge Dias era um comportamento que estava perigosamente próximo da absoluta segregação racial que ele conhecia da sua permanência recente na União Sul-Africana, na campanha de 1959 (durante esse ano escolar de 1959 viveu e trabalhou em Joanesburgo, como professor convidado da Universidade de Witwatersrand) e que viria a corroborar no ano seguinte, em 1960, quando acompanhou o antropólogo americano Charles Wagley, da Universidade de Columbia, numa «viagem de prospecção etnossociológica [...] através das províncias ultramarinas do continente africano»¹⁵.

Uma viagem em sightseeing pelo Soweto

Não obstante a estreita colaboração que sempre existiu entre o governo português e as autoridades sul-africanas, não agradava ao regime a perspectiva de um pronunciamento branco, do género daquele que ocorreu na União Sul-Africana e que, anos mais tarde, viria a ocorrer na colónia britânica da Rodésia do Sul. Estava o governo português igualmente preocupado com a eventualidade de a União Sul-Africana, aproveitando-se das convulsões políticas que entretanto tinham começado a surgir por toda a África, pudesse incentivar nas colónias portuguesas, sobretudo em Moçambique — onde detinha grandes interesses económicos — os intentos autonómicos da minoria branca, concorrendo, assim, para a realização de um velho sonho da ideologia nacionalista *boer*: a Grande União. Daí que Jorge Dias aproveitasse a sua permanência na África do Sul, lecionando na Universidade de Witwatersrand, para proceder ao levantamento da situação política e social na União, procurando inquirir da forma como os meios mais radicais da sociedade branca sul-africana encaravam as possessões e a política colonial portuguesas. E aquilo que ele pôde constatar, nessa sua primeira estadia na União Sul-Africana, não era de molde a tranquilizar os interesses da soberania portuguesa:

«Bem observadas as coisas, a União olha com cupidez para os nossos territórios africanos ao sul do Equador e em especial para Moçambique. Em qualquer conversa com sul-africanos pouco hábeis em ocultar os seus íntimos designios, transparece a ambição de vir a constituir uma nação única no sul de África, incluindo os protectorados da Suazilândia, Basutolandia, Bechuanalandia, o Sudoeste Africano e a nossa Província de Moçambique.

¹⁴ «Relatório de 1959», p. 26.

¹⁵ Jorge DIAS, Manuel Viegas GUERREIRO & Margot DIAS (1961), «Relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola)», Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, p. 2. [doravante apenas referenciado como «Relatório de 1960»].

[...] Desta maneira temos de contar que a União há-de olhar com simpatia e ajudar qualquer aspiração de emancipação dos portugueses de Moçambique, visto que tal coisa representa o primeiro passo num plano de anexação dos territórios vizinhos»¹⁶.

Mas deveria a comunidade portuguesa desencorajar-se de tais propósitos e, em certa medida, já o estava fazendo, pois que, como o faz lembrar Jorge Dias, em jeito de aviso às tentações emancipacionistas:

«Os casos de portugueses que foram à União, e antigamente à Rodésia, e que não eram recebidos nos hotéis, por não serem muito brancos, serve-lhes de lição»¹⁷.

Quanto a essa paranóia segregacionista, enquadrava-a Jorge Dias no mesmo campo ideológico do nacional-socialismo alemão:

«Os únicos imigrantes de quem os africanders nacionalistas gostam é dos alemães, e principalmente dos alemães partidários do nazismo. A simpatia dos africanders nacionalistas – devemos dizer para bem da verdade que muitos são da oposição – pelo nazismo, é uma consequência da sua política racista, convicta da superioridade da raça ariana. Este mito ariano pode ser um perigo sério para nós, no dia em que triunfe plenamente a política boer»¹⁸.

A ideologia nacionalista boer, reprodução local da ideologia nacional-socialista alemã, merecia de Jorge Dias a mais viva reprovação, não hesitando em caracterizar os seus mentores da forma mais depreciativa, ou atribuindo-lhes uma psicologia algo demencial:

«Hoje, pode dizer-se, que o africander é na generalidade fanático, destituído de maleabilidade e fantasia, sensual e muitas vezes brutal e cruel. [...] Nesta população branca, tão pequena, há quatro mortes por suicídio diários, além de 600 suicídios frustrados por ano. Para tal população, cerca de 2 000 suicídios anuais e numa das mais ricas terras do Globo, é bem um índice do profundo desequilíbrio psico-social deste povo»¹⁹.

Escrevendo assim, talvez que Jorge Dias estivesse demonstrando uma espécie de ressentimento pela forma como foi acolhido em Johannesburg. Não que tivesse sido mal tratado, mas, a tal propósito narra o caso de uma assistente de literatura inglesa da Universidade de Witwatersrand, filha de emigrantes portugueses e que tinha sido a aluna mais bem classificada em todos os cursos que tinha frequentado, e sobre a qual Jorge Dias ouviu dizer «[...] não parece nada portuguesa, pois não?»²⁰. Desse facto e por aquilo que pôde observar na União, Jorge Dias concluía que o conceito africaner de *apartheid* não se aplicaria apenas aos grupos africanos, mas estender-se-ia, igualmente, aos asiáticos e mesmo, embora não reconhecido oficialmente, aos europeus mediterrânicos, numa escala gradativa em que os anglo-saxónicos se postavam no patamar superior. E em reforço dessa sua constatação, elucidava:

¹⁶ «Relatório de 1959», pp. 35-36.

¹⁷ «Relatório de 1959», p. 36.

¹⁸ «Relatório de 1959», p. 43.

¹⁹ «Relatório de 1959», pp. 39, 46.

²⁰ «Relatório de 1959», p. 37.

«Aliás, deve dizer-se que, a maneira como se referem à necessidade de substituir o trabalhador indígena por trabalhadores europeus, chega a ser ofensiva para nós, como me contou o Sr. Dr. Ramalhete, Leitor de Português na Universidade de Witwatersrand, que leu um vez num jornal um artigo sobre o problema dos criados negros virem a desaparecer e das dificuldades que das adviriam. O articulista terminava dizendo que talvez a solução fosse importar criados de um país subdesenvolvido, como Portugal»²¹.

Quanto à natureza do regime do *apartheid*, Jorge Dias parecia não perfilar a ideia, largamente aceite na altura, segundo a qual ele deveria a sua existência a uma espécie de *bizarrie* ideológica, sobrelevando-se, assim, o aspecto político do fenômeno em detrimento de outros domínios. Em derradeira instância, a segregação racial consagrada pelo *apartheid*, visava justificar e fundamentar uma discriminação económica que pudesse assegurar à minoria branca, não só a direcção da economia, mas, igualmente, a exploração dessa economia em desfavor de uma maioria negra:

«O objectivo dos africanders é reduzir os negros e mistos a uma massa invertebrada e dúctil, que sirva sempre de instrumento à raça superior, sem lhe oferecer resistência. Para isso tem de viver agrupada em reservas e bantustans, sempre vigiada e submetida a tipos de ensino, que nunca lhes fornecem meios para se emancipar. Os brancos ficam com as riquezas mineiras e com as melhores terras agrícolas e vivem em cidades expurgadas de elementos não brancos. Indianos, paquistãos, chineses, etc., estão em posição intermédia, pois não devem ter acesso ao ensino superior nem podem casar ou ter relações com indivíduos brancos. Mesmo no ensino técnico não fornecem conhecimentos que permitam aos africanos elevar-se a um nível económico melhor»²².

Em 1960 Jorge Dias regressaria à União Sul-Africana, acompanhando o antropólogo americano Charles Wagley na visita às possessões ultramarinas portuguesas. A sua anterior estadia na África do Sul forneceu-lhe uma visão tão crítica do regime do *apartheid*, que fez intencionalmente a viagem entre Moçambique e Angola de carro, para com isso, e através do confronto, patentejar aos olhos de Wagley as vantagens da presença portuguesa em África:

«Ao chegar a Joanesburgo, em vez de entrar directamente na cidade, fiz um desvio de maneira a passar pela zona das minas e pelos townships e bairros indígenas. A enorme concentração de indígenas numa paisagem desarborizada e suja confrange. Aos velhos bairros miseráveis, sucedem-se agora townships, onde as casas são mais espaçosas e melhores, mas a imensa monotonia de casas todas iguais, alinhadas regularmente, com os seus telhados metálicos, sem um pouco da verdura de uma árvore ou de uma horta, e tudo isto cercado por uma sebe de arame, faz lembrar campos de concentração [...] Além disso, a agravar mais o espectáculo, a presença permanente da polícia que guarda as entradas dos townships e lhes dá o carácter de prisões, em vez de cidades de trabalhadores»²³.

²¹ «Relatório de 1959», pp. 42-43.

²² «Relatório de 1959», p. 43.

²³ «Relatório de 1960», pp. 28-29.

Percebe-se, para a ideologia colonial portuguesa, quão conveniente era a existência de um modelo de gestão social, política, económica e cultural assente na mais profunda discriminação e iniquidade. As «vantagens comparativas» daí decorrentes militavam em favor daquele «modo português de estar português», imaginado e pretensamente teorizado por Gilberto Freyre, que enformaria a ideologia tardo-colonial portuguesa, o «lusotropicalismo»²⁴, uma forma mais desenvolvida do omnipresente paradigma da colonização portuguesa, a assimilação.

De algum modo, Jorge Dias parece ter sido vítima desprevenida daquilo que, trinta anos mais tarde, Robert Miles²⁵ apresentou como a «inflação conceptual» do racismo, propiciada pela sua plasticidade histórica, com formas e graus variando ao longo do tempo, com grupos-alvo e protagonistas muito heterogêneos, nem sempre racialmente diferenciáveis e por vezes apenas «racializados» por via de uma construção ideológica e cultural. Esse parece ser o caso da comunidade portuguesa na África do Sul, alvo de uma discriminação baseada num «racismo da inteligência», para usar uma expressão de Bourdieu²⁶, em que um grupo dominante assegura a sua reprodução social através da transmissão de um «capital cultural», herdado e incorporado, mas apresentado-o como natural e inato, na verdade nada distinto das justificações elaboradas em redor de outras formas de dominação. Tratar-se-ia, para utilizar um conceito que vem fazendo um paulatino percurso nas últimas décadas, de uma «minoria intermédia»²⁷, naturalmente alvo de uma discriminação social contaminada por um preconceito racial.

Em todo o caso, Jorge Dias esforçou-se por não perceber que, conceptualmente, esteve sempre perante o mesmo fenómeno – o racismo –, imediatamente reconhecível em qualquer uma das suas três dimensões constitutivas: preconceito, discriminação e ideologia.

²⁴ Apesar o antológico texto de Cláudia CASTILHO (1999), «O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961», Porto, Afrontamento, muitos outros autores têm ajudado a desmontar o «lusotropicalismo». Permito-me destacar, entre outros: Miguel Vale de ALMEIDA (2000), *Um Mar da Cor da Terra "Raça, Cultura e Política da Identidade"*, Oeiras, Celta; bem como alguns dos textos reunidos em Miguel Vale de ALMEIDA, Cristiana BASTOS & Bela FELDMAN-BIANCO [orgs.] (2003), *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

²⁵ Robert MILES (1989), *Racism*, Londres, Routledge, p. 41-68.

²⁶ Pierre BOURDIEU (1980), «Le racisme de l'intelligence», in *Questions de Sociologie*, Paris, Minuit, p. 264.

²⁷ P. ex., Edna BONACICH, 1973, «A theory of middleman minorities», in *American Sociological Review*, vol. 38, Washington, American Sociological Association; ou, mais recentemente, Robin WARD (1996), «Middleman minority», in Ellis Cashmore, *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, Londres, Routledge.